



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001641-81.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **THAMARA FERNANDA CASALI BOTTASSI**
 Requerido: **LUCAS BRINHANE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Há nos autos duas versões sobre a ocorrência em apreço.

De um lado, sustenta a autora que dirigia regularmente seu automóvel por via pública local, quando foi surpreendida por manobra encetada pelo réu; ele estava com uma motocicleta estacionada na mesma via, mas em sentido oposto, e ao iniciar sua marcha fez uma curva, invadiu a contramão de direção e atingiu o seu automóvel.

De outro, alega o réu que dirigia sua motocicleta e foi abalroado pelo automóvel da autora que para “*desviar de outros veículos estacionados da via ao lado direito*” (fl. 11, último parágrafo) ingressou em sua faixa de trânsito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

A única testemunha inquirida (José Eduardo Pereira Dias) esclareceu que estava próxima ao local do embate, mas não o viu acontecendo, limitando-se a ouvir o barulho que provocou.

Chegou a fazer referência a comentário da autora no sentido de que se “assustou” com a motocicleta da própria testemunha que permanecia parada e, acreditando que sairia, desviou à esquerda, atingindo a motocicleta do réu.

Todavia, da mesma maneira aludiu a outro comentário da autora dando conta de que o réu teria invadido a contramão de direção para colher o seu automóvel.

Vê-se assim que tal elemento não fornece subsídio consistente para a formação de um juízo de convicção a propósito de como se deram os fatos, seja porque a testemunha reconhecidamente não viu como tudo sucedeu, seja porque ela descreveu relatos da autora ora admitindo culpa de sua parte, ora atribuindo-a exclusivamente ao réu.

Por outro lado, as fotografias de fls. 30/33 revelam danos no automóvel da autora compatíveis com a explicação que deu, já que se o réu colocando sua motocicleta em movimento fizesse curva para ganhar o leito carroçável e com isso passasse à contramão de direção, batendo no automóvel dela, provocaria amassamentos como os lá apontados.

As mesmas fotografias, porém, são dissonantes da versão do réu, pois uma colisão lateral daria margem a danos diferentes na medida em que as marcas deixadas se prolongariam na porta do automóvel, mesmo que por curta distância.

Como se não bastasse, o Boletim de Ocorrência elaborado pelo réu somente teve vez em 26/03/2017, vale dizer, após a sua citação (em 01 de março – fl. 09) e mais de um mês depois do acidente, sendo o quadro inadequado a quem se considera vítima de um acidente de trânsito.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à certeza de que foi do réu a responsabilidade pelo acidente.

As fotografias já destacadas prestigiam o relato de fl. 01, ao passo que nenhum indício sequer ao menos confere verossimilhança ao contido na peça de resistência.

Em consequência, prospera a pretensão deduzida e não vinga o pedido contraposto.

Quanto ao valor da indenização, o pedido vestibular está escorado em prova documental que não foi impugnada específica e concretamente em momento algum, como seria de rigor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 750,00, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2017 (época da elaboração do orçamento de fl. 06), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 06 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**